

a vida livre de controles

felipe magalhães bonel

A “aula-teatro” apresentada pelo Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP (Nu-Sol) desde 2007 se mostra diferente dos tradicionais métodos de problematização de ideias, questões da vida e de pensamentos por não se tratar nem de pura e simples dramaturgia (uma vez que os seus participantes não são atores profissionais, não tem qualquer intenção de assumir papéis e todo o roteiro seguido é baseado mais em pesquisas acadêmicas do que em textos teatrais) nem do tradicional discurso acadêmico com nivelamento de alunos e mestres, ouvintes e palestrantes. Trata-se, como o próprio *site* do Núcleo explicita, da afirmação de “uma espécie de contralocal, onde todos os outros locais que podem ser achados dentro da cultura são contestados e invertidos. Um espaço real que contesta a sociedade, que opera outro funcionamento, numa ruptura com o que se torna tradicional no espaço-tempo do corpo e do pensamento, atraindo-nos para fora de nós mesmos.”¹

A temática da 11ª aula-teatro, realizada no TUCA em maio de 2012, é *saúde*. Não uma abordagem plena e sim-

Felipe Magalhães Bonel é estudante de graduação do curso de Multimeios da PUC-SP.

ples da história da saúde nas sociedades ocidentais, mas sim uma detalhada análise de como esta, desde a Grécia antiga até a contemporaneidade, evoluiu de uma questão filosófica para uma forma de controle das populações, objeto de lucro e, finalmente, objeto de consumo e de poder. O folheto que contém o programa da aula-teatro não poderia ser mais claro em relação aos objetivos do “evento”: a aula-teatro busca *“atiçar em cada um a revolta à disposição inaceitável à metamorfose, à medicina como estratégia de bio-política e aos serviços de saúde que administram o transe da morte”*. Visualmente, o material de divulgação e de elucidação da aula-teatro remete, com formas sinuosas e com o contraste entre o azul, o branco e o preto (que, não por acaso, são as cores do Nu-Sol e de sua revista, a *verve*), à volatilidade e à delicadeza da vida em diálogo com a tênue linha entre esta e a morte, ao mesmo tempo em que passa, com o movimento das linhas curvas, a ideia de organismo em atividade. A palavra “saúde!”, exclamada e em destaque, não poderia fazer referência mais evidente à interjeição mais corriqueira em situações de doença. O cenário da apresentação também é munido de significância: a aula-teatro foi apresentada numa arena. Como elementos de composição de cena, duas lâmpadas, uma branca e uma vermelha, em cima de pilastras (que podem ser vistas como um contraste entre a situação de plena saúde e de peste, de praga e de podridão. Inclusive, ambas têm forte presença estética na construção da cena onde é dito um texto de Nietzsche) e, ao fundo do palco, uma “parede” feita de radiografias (o mais comum dos exames realizados atualmente e que tem a capacidade de capturar imagens do interior de um indivíduo. Grosso modo, pode-se dizer que a pessoa, reduzida a ossos, se descaracteriza em relação

às demais). Além disso, durante a aula-teatro, várias árias (forma expressiva de melodia entoada frequentemente, mas não sempre, por um cantor ou músico solista) foram interpretadas por uma cantora lírica.

A apresentação se inicia com os participantes juntos numa aglomeração de panos, formando um único corpo, similar ao de um inseto (cuja cabeça, coberta por um tecido, denota uma expressão doentia de terror e de aflição). Enuncia-se um trecho de *A Metamorfose*, de Franz Kafka e, num rápido instante, o público se vê imerso numa dissertação a respeito da morbidez e da sanidade do ser humano: será que a falta de saúde é o único meio de fazer com que uma pessoa se torne consciente das coisas que ocorrem no seu entorno? Será que o estado de doença impede alguém de ser são? Ou será que ser moribundo é um estímulo para o exercício da sanidade, uma vez que o ser adquire consciência da falta de tempo e de potência de que dispõe? Não é necessário muito tempo para reflexão: em pouco tempo, os participantes da aula-teatro pontuam que “é preferível morrer de peste do que de mediocridade” e que “quem não é capaz de comandar a si está fadado a obedecer”. Logo, conclui-se que, sob a ótica dos oradores, o termo “morte” não necessariamente se aplica à exaustão dos limites vitais do corpo humano, mas sim ao marasmo gerado pelo encabrestamento e pela obediência voluntária do homem.

Se no século XVI Étienne de la Boétie se perguntava o por quê da população se submeter deliberadamente aos caprichos de um tirano, o homem do século XXI deve se perguntar por quê ele obedece e respeita os conceitos impostos do que é visto como “saudável” e do que não é. Ao invés de deixar que uma socieda-

de adoentada morra e dê espaço para novos modos de existência florescerem, tenta curá-la, se prendendo a um conservadorismo moribundo. Deixa de lado os seus desejos para fazer com que girem as engrenagens de um sistema em decadência e acaba se esquecendo, como bem pontua de La Boétie, que desejar a liberdade é tê-la em mãos (ou, como bem cita um dos participantes da aula-teatro, “querer liberta, pois querer é inventar”). Esta noção de “saudável” se refere, portanto, aos dispositivos de manutenção da ordem e da integridade do corpo social citado por Hobbes que, embora garanta certo conforto para a população que o constitui, existe em função de um poder soberano único e centralizado. Aquele que não contribuiu para o seu bom funcionamento é, tal qual um vírus, excluído, destruído, expulso do espaço comum. Em outras palavras, para se manter a saúde do Estado, purifica-se de todo e qualquer ser que desestabilize sua ordem e transgrida suas regras.

Se tal método de controle por parte dos governos pode ser comparado à organização médica adotada ante a lepra, é com absoluta certeza que o controle adotado nas sociedades disciplinares a partir do século XVII é comparado àquele utilizado defronte da ameaça de peste. Nesse caso, costuma-se avaliar o estado de saúde da população e vigiá-la não para exterminar os males que a circundam, mas sim para prevenir que eles sequer existam. Logo, não mais está em jogo a segurança do soberano e do território que compõe o solo do corpo do Estado, mas sim a dos cidadãos e de seus governantes. Foucault, em *Vigiar e Punir* analisa que o Estado adotou a mesma estratégia para ter o

controle do povo: distribuiu os indivíduos em espaços, isolou-os dentro de rotinas próprias, individualizou-os, esquadrinhou-os, passou a vigiá-los e, desta forma, por meio de grandes panópticos, passou a exercer sua soberania não mais pela força ou pela coerção, mas pela disciplina e pelo constante estado de observação². Tal forma de biopolítica sanitária não pretende anular a existência da doença (ou da contravenção e do delito), mas sim impedir que ela atinja o tecido urbano e tome conta da população. Quando ela consegue se infiltrar, entretanto, tal gestão calculista se vê na necessidade de corrigir o problema, seja pela doutrina, seja pela exclusão. Nesse ponto, nota-se que o antigo exercício de causar a morte e de deixar viver foi substituído pelo poder de causar a vida e devolver à morte. Em último caso, cabe ao ser ou ao grupo dominante decidir quem pode e quem não pode morrer. No seu limite, como se deu com o nazifascismo, determina-se quem *deve* morrer. Em suma, eis a tarefa de gerir a vida.

Em meio a tantas divagações, a aula-teatro prossegue com cenas e citações interessantíssimas. Ao falar sobre o cemitério de Paris, que, durante certo período sofreu tão grave superlotação de cadáveres que os corpos tinham de ser empilhados ao ar livre, é inserido um fragmento de *Primeiro Amor*, de Samuel Beckett. O texto, que é apresentado ao público em forma de gravação, versa sobre como o aroma deixado pelos mortos no cemitério incomoda menos que o cheiro dos vivos. “Eles fedem!”, diz. Enquanto isso, dois dos participantes da aula, completamente nus, atravessam a barreira formada por radiografias, como que se rompessem com as amarras de um esquadrinhamento

coercivo ou de um controle excessivo e voltassem à naturalidade espontânea e livre, realmente saudável, de corpos livres de domínio. A plateia era provocada pelos constantes nus, mas também pudera: não haveria outra forma de representar tal cena e passar tal mensagem se não desta maneira. O mesmo pode se dizer da agressiva leitura de *Assim Falou Zaratustra* (já citado acima) de Nietzsche, quando, com vigor, exclama-se que o “parasita reside aonde o grande tem pequenas feridas”.

A aula-teatro prossegue. Logo, o espectador é arremessado ao século XX, quando a saúde se torna um objeto de consumo e de grande importância econômica. Produto a ser vendido para as maltas ignaras, fruto da “indústria do saudável”, que busca lucrar em cima do horror à doença e do desejo pela “saúde perfeita” (que, por sinal, é um privilégio que pertence tão somente aos mortos). Estabelece-se, portanto, o “fascínio pela prorrogação da morte e da *sobrevida*” (como acusa o próprio programa redigido pelo Nu-Sol), e, com este, uma nova forma de controle aparece como opção para aqueles que detêm o poder. Restringe-se a liberdade dos indivíduos como única maneira de prevenção contra os possíveis malefícios à saúde: contra a poliomielite as crianças devem se privar de frequentar ambientes públicos e se relacionar contra desconhecidos; contra a AIDS – que surgiu como a “peste gay”, criando, por conseguinte, grupos de risco gerando preconceitos irracionais – a solução era pacificar e controlar o sexo; os moradores de rua, vulneráveis e excluídos, passam a ser tratados como “mortos-vivos” que merecem a morte. O controle por meio da vigi-

lância, o mesmo utilizado contra a peste, se mantém, mas passa a dialogar com o da exclusão, da lepra. A vida não é mais estimada, prezada, protegida. Ela agora é objeto político, ferramenta inerente ao sistema, motivo de disputa, de lucro e de faturamento. É por isso que, nos últimos instantes da aula-teatro, fala-se que “a sociedade é um ensaio, não um contrato. Que não a torturem tentando curá-la, deixem-na morrer!”. Seguindo essa linha, a apresentação se encerra com a explanação do apreço anarquista pela saúde como elemento de vitalidade que transcende as neuroses impostas pelo atual sistema vigente. A saúde deve ser combustível para as vivências e não um benefício para poucos num mundo que caminha rumo à esquizofrenia. A vida deve ser vivida sem imposições que cerceiem a liberdade natural do homem e sem se tornar um objeto de riqueza nas mãos de uma elite político-econômica. A aula-teatro se encerra, finalmente, com uma retumbante exclamação: “saúde!”. Mas não é expressão pró-forma que se vê diante de uma situação de doença. É uma saudação (palavra, aliás, que tem sua origem etimológica ligada ao termo “saúde”) libertária, uma apologia à vitalidade e um convite à constante metamorfose proporcionada pela vida livre de controles.

Notas

¹ Disponível em www.nu-sol.org/agora/agendanota.php?idAgenda=463, acesso em 26/05/2012.

² Michel Foucault. *Vigiar e punir*. Tradução Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.